



INFORMATIVO GIAC 238, de 28 de outubro de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o Giac tem a informar o que se segue:

[Ministério da Saúde encaminhou ao Giac informações concernentes à vacinação de indígenas situados em áreas urbanas](#)

Em atendimento ao pedido formulado pelo Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia Covid-19 (Giac), o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 (Secovid/MS), enviou informações a respeito do cumprimento de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 709, referente à priorização da vacinação de grupos indígenas situados em contexto urbano.

O documento expedido pela pasta da Saúde inclui, ainda, orientações acerca do modelo de cálculo empregado para distribuição de vacinas contra a covid-19 e a 10ª edição do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO).

Confira a [íntegra](#).

Fonte: Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

[Procurador-Geral da República recebe relatório da CPI da covid e informa senadores providências para análise do documento](#)

“Esta CPI já produziu resultados. Temos denúncias, ações penais e civis em curso, autoridades afastadas. E a chegada desse material que envolve pessoas com prerrogativa de foro por função vai contribuir para que possamos dar a agilidade necessária à apreciação dos fatos que possam ser puníveis seja civil, penal ou administrativamente”. Com essas palavras, o procurador-geral da República, Augusto Aras, recebeu na manhã de quarta-feira (27) cópia integral do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 colegiado. A entrega foi feita durante audiência entre o PGR e dez parlamentares, sendo nove senadores e um deputado.

Ainda durante a audiência, o PGR mencionou providências tomadas pelo MPF ao longo dos quase 20 meses, desde o início da pandemia. É o caso da instauração do inquérito epidemiológico, cujo objetivo é analisar causas e prevenir novos episódios de problemas sanitários. Também lembrou aos parlamentares a

atuação feita em momentos mais críticos da pandemia, seja para assegurar o fornecimento de oxigênio, de kits para intubação de pacientes e a busca por responsabilização no caso de desvios de recursos destinados ao enfrentamento do coronavírus.

Em relação ao relatório, o PGR reiterou que uma equipe qualificada analisará, sob sua coordenação direta, todas as informações, e adotará as providências cabíveis, sempre sustentadas no respeito à Constituição e às leis que, conforme pontuou, é o que assegura credibilidade ao trabalho do Ministério Público.

Textos com adaptações: Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República

Anvisa aguarda pedido de estudo de vacina em spray para Covid-19

Em consulta ao INCOR/USP sobre o pedido de avaliação por parte da Anvisa da proposta de pesquisa clínica para a vacina em spray na tarde do dia 26/10, foi verificado pela Agência que a documentação foi encaminhada por uma via de submissão equivocada, o que inviabiliza a avaliação por parte dos especialistas responsáveis. Assim que o erro foi identificado, a Anvisa entrou em contato imediatamente com o INCOR/USP para os esclarecimentos necessários e correção do equívoco.

A Anvisa informou que ainda não recebeu o protocolo com os primeiros dados e documentos sobre a vacina contra Covid-19 em formato de spray. O produto está em fase de desenvolvimento por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e foi apresentado apenas em uma reunião com a Agência, realizada no último dia 19 de outubro.

De acordo com a apresentação técnica feita pelos pesquisadores na última semana, o projeto está em fase pré-clínica e ainda não cumpriu com as etapas de pesquisa necessárias para o teste em pessoas.

A orientação da Anvisa para os desenvolvedores da vacina em spray foi que os dados sejam apresentados em submissão contínua para pesquisa clínica. Isso significa que os desenvolvedores podem ir apresentando as informações na medida em que elas estão sendo produzidas. O objetivo é que a Agência possa avaliar as vacinas com mais agilidade no momento em que elas estiverem prontas para que sejam iniciados os testes em humanos.

Vacinas nacionais

Duas vacinas de desenvolvimento nacional já tiveram início de estudos clínicos autorizados no Brasil: a vacina Butanvac, do Instituto Butantan, e a vacina HDT-301, projeto do Senai/Cimatec da Bahia e da Fiocruz.

Outros projetos desenvolvidos por universidades brasileiras estão em fases anteriores e ainda não definiram suas propostas de protocolo clínico para a pesquisa ou não completaram a documentação e os dados necessários para autorização da Agência.

Não há avaliação de estudos de vacinas pendentes de avaliação pela Anvisa, pontuou a Agência.

Liberada a importação do medicamento etesevimabe + banlanivimabe

Anvisa revogou a medida sanitária de suspensão da importação do medicamento etesevimabe + banlanivimabe, fabricado pela empresa Eli Lilly, localizada em Indianápolis, nos Estados Unidos. A Resolução (RE) 4.047/2021 foi publicada no dia 26/10. Com isso, está liberada a importação da associação dos anticorpos indicados para o tratamento da Covid-19.

A importação do medicamento foi suspensa em 16/9 pela Anvisa porque uma inspeção sanitária realizada pela agência norte-americana Food and Drug Administration (FDA), membro do Esquema de Cooperação em Inspeção Farmacêutica (Pharmaceutical Inspection Co-operation Scheme – PIC/S), apontou deficiências na planta fabril, culminando com a publicação do Formulário 483. No entanto, a FDA concluiu pela liberação da fabricação e a empresa Eli Lilly do Brasil apresentou evidências à Agência que demonstram a mitigação dos riscos. Diante desse cenário de segurança sanitária, a Anvisa decidiu pela liberação da planta de Indianápolis e revogou a medida sanitária de suspensão da importação (RE 3.524/2021).

Além da fábrica de Indianápolis, novamente autorizada, o medicamento pode ser fabricado e importado para o Brasil, conforme autorização de uso emergencial aprovada pela Anvisa, nas seguintes empresas:

- **Banlanivimabe:**

Lilly France SAS (Fegersheim, França)

Jubilant HollisterStier LLC (Spokane, EUA)

BSP Pharmaceuticals S.p.A. (Latina Scalo, Itália)

- **Etesevimabe:**

Lilly France SAS (Fegersheim, França).

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Projeto prevê ajuda financeira às gestantes em razão da pandemia

O Projeto de Lei 2504/21, em trâmite na Câmara dos Deputados, prevê o pagamento de auxílio financeiro federal para as gestantes enquanto persistirem os efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus. Conforme a proposta, serão pagos dois salários mínimos (R\$ 2.200) para aquelas eventualmente desempregadas e 1,5 salário mínimo (R\$ 1.650) no caso das que estiverem empregadas.

O texto altera a Lei 14.151/21, que determina o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Câmara dos Deputados/Agência Câmara de Notícias

Pesquisa conduzida pelo Ministério da Saúde e Fiocruz aponta que 66% dos participantes usaram o SUS para tratamento da Covid-19

O Ministério da Saúde e a Fiocruz finalizaram a pesquisa intitulada “*Conhecimentos, atitudes e práticas da população sobre as medidas preventivas da Covid-19 no segundo ano da pandemia no Brasil*”. O estudo foi realizado com 362 pessoas (124 homens e 238 mulheres) residentes no distrito sanitário do Imbirussu – região do bairro Ana Maria do Couto, em Campo Grande/MS.

O resultado da pesquisa, que visa perceber as ações de prevenção à Sars-CoV-2, foi divulgada no sábado, dia 23 de outubro. Considerando a percepção do público quanto ao conhecimento, crença e atitudes de prevenção contra a COVID-19, 66% dos participantes disseram ter utilizado o serviço de saúde do SUS para o tratamento da doença e 48,44% afirmaram ter conhecido alguém que foi contaminado pelo coronavírus e que, infelizmente, veio a óbito.

Foram realizados alguns questionamentos aos participantes da pesquisa, que levou aos seguintes resultados: 47% dos participantes acreditam que a Covid-19 foi criada em laboratório; 27% disseram se tratar de uma doença produzida pelo homem; 20% acreditam que a Covid-19 é uma doença causada por um castigo divino e 9% afirmam que é uma invenção para criar medo na população.

Quanto às medidas de adoção de prevenção, 96,9% disseram higienizar as mãos com água e sabão; 93,9% afirmaram fazer o uso de mãos com álcool em gel; 91,7% fazer o uso de máscaras; 75% fazem o distanciamento social (pessoa com convívio social restrito); 29% disseram fazer isolamento social (pessoa sem convívio social).

O estudo busca aprimorar ações de comunicação e educação em saúde promovidas pelo setor de saúde e subsidiar planejamento de ações direcionadas a prevenção da Covid-19. A pesquisa teve início em maio de 2021 e foi realizado em 27 capitais brasileiras.

Ministério da Saúde, CONASS e outras Instituições realizaram webinar com o tema “Impactos da Covid-19 nas condições de trabalho e de saúde dos profissionais de saúde do Brasil”

A Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, em conjunto com outras Instituições, promoveram, no último dia 27/10, o webinar “Impactos da Covid-19 nas condições de trabalho e de saúde dos profissionais de saúde do Brasil”.

O objetivo do encontro foi ampliar a discussão sobre o impacto da covid-19 no trabalho e na saúde física e mental dos profissionais de saúde, bem como debater as estratégias e políticas adotadas para o enfrentamento dos impactos negativos da pandemia no Brasil.

Com o debate, os organizadores visavam colher subsídios para impulsionar as discussões entre gestores e formuladores de políticas públicas em torno da construção de estratégias para mitigar os impactos negativos na força de trabalho, que tem gerado prejuízos de ordem individual, ocupacional, social e

econômico.

[Acesso à transmissão do evento em português – EERP/USP.](#)

Fonte: Conselho Nacional de Secretários de Saúde

Ministério da Saúde divulgou que mais de 18 milhões de brasileiros estão com esquema vacinal contra a covid-19 atrasado

Não obstante a queda de 10% no número de pessoas com a 2ª dose da vacina Covid-19 atrasada, segundo o Ministério da Saúde, mais de 18 milhões de brasileiros ainda não voltaram ao posto para completar o esquema vacinal. Ainda na semana passada, a quantidade de pessoas que estavam com a conclusão da imunização atrasada passava dos 20 milhões. A pasta lembra que para garantir a proteção máxima do imunizante, é necessário tomar as duas doses da vacina.

A recomendação do MS é para que os brasileiros completem o ciclo vacinal mesmo se o prazo para a segunda dose estiver atrasado. No caso das vacinas da Pfizer e da Astrazeneca, o intervalo é de 8 semanas. Já para a Coronavac, a segunda dose deve ser aplicada 4 semanas após a primeira.

Ministério da Saúde distribuirá mais 1,6 milhão de vacinas contra a Covid-19

Nos próximos dias, o Ministério da Saúde enviará aos entes federativos mais 1,6 milhão de vacinas contra a covid-19. Os imunizantes são destinados para ampliar o número de brasileiros com a segunda dose da vacina.

Nesta distribuição, serão 1 milhão de doses da Astrazeneca/Fiocruz e 632,9 mil do imunizante da Pfizer. Os detalhes estão disponíveis no [60º Informe Técnico](#).

Saúde recebe mais 4,5 milhões de doses de vacinas Covid-19 da Fiocruz

O Ministério da Saúde recebeu, na terça-feira (26), mais uma remessa de vacinas Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). As 4,5 milhões de doses da Astrazeneca foram disponibilizadas ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) e serão distribuídas aos estados e Distrito Federal nos próximos dias.

A remessa foi entregue pelo laboratório no almoxarifado do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro. Ao todo, já foram disponibilizadas 118,3 milhões de doses da Astrazeneca para a vacinação dos brasileiros. Além deste quantitativo, a instituição possui milhões de vacinas que se encontram em diferentes estágios para liberação a partir desta semana. Segundo a Fiocruz, as entregas ininterruptas até a terceira semana de novembro estão garantidas.

Resultados preliminares de pesquisa sobre dose de reforço das vacinas Covid-19 são apresentados em Oxford

Para garantir a segurança da Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19 e orientar o planejamento da imunização dos brasileiros em 2022, os resultados preliminares da pesquisa sobre a dose de reforço, encomendada pelo Ministério da Saúde, foram apresentados na quarta-feira (27) em Oxford,

na Inglaterra. O estudo concluiu que a dose de reforço feita com esquema heterólogo, usando imunizantes diferentes, aumenta a imunidade dos vacinados.

A pesquisa avaliou pessoas que tomaram as duas doses da Coronavac, vacina produzida com vírus inativo, e a efetividade do imunizante seis meses após a conclusão do esquema vacinal. Para a dose de reforço, foi analisado o esquema heterólogo, ou seja, a combinação de vacinas de plataformas diferentes. O estudo foi conduzido com quatro grupos diferentes de pessoas, que receberam os quatro imunizantes disponíveis pelo PNI.

Ministério da Saúde e Conass discutem enfrentamento à pandemia e cenários para 2022

O Ministro da Saúde substituto, Rodrigo Cruz, reuniu-se com representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), na quarta-feira (27), para discutir estratégias de enfrentamento da pandemia até o fim deste ano e as perspectivas para 2022. Dentre os assuntos em pauta, também estiveram as questões orçamentárias, o financiamento de procedimentos e leitos e a disponibilização de recursos para as cirurgias eletivas, que foram impactadas nos últimos dois anos, devido à concentração de esforços para o tratamento de pacientes com Covid-19.

Sobre a campanha de vacinação de 2022, discutida durante a reunião, afirmou-se que o orçamento para a aquisição das vacinas contra a Covid-19 está garantido. *“Mais de 354 milhões de vacinas serão disponibilizadas ao povo brasileiro, sendo 120 milhões da AstraZeneca e 100 milhões da Pfizer. Outras 134 milhões de doses serão utilizadas a partir de saldo dos contratos firmados em 2021”*, concluiu o ministro substituto.

Maior campanha da história: Brasil ultrapassa 330 milhões de vacinas Covid-19 distribuídas

Nesta quinta-feira (28), o Brasil ultrapassou a marca de 330 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 enviadas para todo país.

Segundo a pasta, mais de 272 milhões de doses já foram aplicadas, sendo 154,3 milhões de primeira dose e 118,2 milhões de segunda dose ou aplicação única. Com o avanço da vacinação, o país observou uma queda de 90% no número de casos e óbitos pela Covid-19 em sete meses.

Das doses enviadas às unidades federativas, 116,1 milhões são da Astrazeneca, 112,8 milhões da Pfizer, 100,4 milhões da Coronavac e 4,8 milhões da Janssen. Em 2021, o Ministério da Saúde encomendou mais de 550 milhões de vacinas, com investimento de R\$ 28 bilhões até o momento.

Fiocruz e AstraZeneca firmam compromisso para compra de IFA para produzir 60 milhões de vacinas Covid-19 em 2022

Em Cambridge, no Reino Unido, na sede da AstraZeneca, a Fiocruz assinou, nesta quinta-feira, termo de compromisso para a compra de Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) suficiente para a produção de 60 milhões de vacinas Covid-19.

O investimento passará dos U\$ 300 milhões, o que corresponde a, aproximadamente, R\$ 1,6 bilhão.

Durante a assinatura do compromisso, estavam presentes o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade, o CEO Global da AstraZeneca, Pascal Soriot, e o presidente da AstraZeneca no Brasil, Carlos Sánchez-Luis.

Com a aquisição do IFA importado, a Fiocruz estima entregar ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) 120 milhões de doses de vacina no primeiro semestre de 2022, uma vez que a Fundação vai produzir outras 60 milhões de doses de vacina Covid-19 com IFA produzido em solo brasileiro.

Panorama da vacinação contra a covid-19 no Brasil (dados extraídos em 28 de outubro de 2021)

- [320.004.875 milhões de doses distribuídas às Unidades da Federação](#)
- 269.519.414 milhões de doses aplicadas
- 154.148.557 milhões de indivíduos imunizados com a primeira dose
- 117.354.745 milhões de indivíduos integralizaram o esquema vacinal
- 6.951.377 milhões de indivíduos vacinados com a dose de reforço

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados do Ministério da Saúde, atualizados em 27 de outubro de 2021, informam que o Brasil registra 21.766.168 milhões de casos de infecção pelo novo coronavírus e 606.679 mil óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Ministério da Saúde

Outras notícias de destaque

Saúde recebe mais 4,5 milhões de doses de vacinas Covid-19 da Fiocruz (Ministério da Saúde)
Pfizer: 3,6 milhões de doses chegam ao Brasil nesta quarta-feira (27) (Ministério da Saúde)

80º Boletim de Monitoramento COVID-19 (Ministério de Minas e Energia)

Fiocruz e Alasag lançam livro sobre Covid-19 e integração da América Latina (Fiocruz)
SNCT: novos vídeos trazem depoimentos sobre ciência, saúde, pandemia e meio ambiente (Fiocruz)

Prorrogado até julho de 2022 uso de gelo seco para transporte aéreo de vacinas da Covid-19 (ANAC)

Volta às aulas presenciais não será mais facultativa a partir de 3/11 em Minas Gerais (CONASS)

Projeto prevê regras emergenciais de acesso aos benefícios do INSS durante pandemia (Senado Federal)

Diário Oficial da União

Visando a dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Aviso de Prorrogação de Chamada Pública Sepef/MCTI/nº 2/2021](#) – Retifica o item 3.4.2 do Chamamento Público SEPEF/MCTI - Nº 02/2021 - Prospecção de projetos de Ensaios Clínicos de Fases I e II de vacinas contra a covid-19 desenvolvidas no Brasil - e a prorrogação da data limite para submissão de propostas.

[Portaria MC nº 686, de 25 de outubro de 2021](#) - Concede novo prazo para a Portaria nº 508, de 19 de outubro de 2020, que trata da retomada dos procedimentos de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, face ao estado de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da covid-19.

[Portaria nº 2.792, de 19 de outubro de 2021](#) - Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao Reforço de Recursos para Emergência Internacional em Saúde Pública decorrente do Novo Coronavírus.

[Portaria nº 2.808, de 19 de outubro de 2021](#) - Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao Reforço de Recursos para Emergência Internacional em Saúde Pública decorrente do Novo Coronavírus.

[Portaria nº 2.809, de 19 de outubro de 2021](#) - Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao Reforço de Recursos para Emergência Internacional em Saúde Pública decorrente do Novo Coronavírus.

[Portaria nº 2.814, de 19 de outubro de 2021](#) - Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e dos Serviços Públicos de Saúde a serem disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao Reforço de Recursos para Emergência Internacional em Saúde Pública decorrente do Novo Coronavírus.

[Portaria GM/MS nº 2.899, de 26 de outubro de 2021](#) - Estabelece a devolução de recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (Covid-19), disponibilizado ao Estado de São Paulo e Município de Campinas.

[Resolução nº 3, de 23 de março de 2021](#) - Cria a Comissão Especial sobre Direitos Humanos e Pandemia, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), com o objetivo de reunir informações, acompanhar, apurar e indicar a adoção de medidas destinadas à prevenção, defesa, responsabilização e reparação de condutas e situações contrárias aos direitos humanos no contexto da pandemia de covid-19

Resolução nº 8, de 14 de maio de 2021 - Aprova o Relatório da Missão de Levantamento de Informações sobre Surto de Covid-19 nos Hospitais Psiquiátricos Estaduais no estado do Rio Grande do Sul, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

Fonte: Imprensa Nacional

O Giac permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 3105-6045.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informações atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac)

Ministério Público do Trabalho

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil

Agência Nacional de Energia Elétrica

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Agência Nacional de Saúde Suplementar

Agência Nacional de Telecomunicações

Agência Nacional de Transportes Terrestres

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Casa Civil da Presidência da República

Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Conselho Nacional de Secretarias Municipais

Conselho Nacional de Secretários de Saúde

Conselho Nacional de Saúde

Controladoria-Geral da União

Fundo Nacional de Saúde (Painel de Repasses Covid-19)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Observatório de Tecnologias Relacionadas à Covid19)

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ministério da Cidadania

[Ministério da Defesa \(Operação Covid-19\)](#)
[Ministério da Economia](#)
[Ministério da Educação](#)
[Ministério da Justiça \(Relatório Situacional Covid-19\)](#)
[Ministério de Minas e Energia \(Boletim de Monitoramento Covid-19\)](#)
[Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos](#)
[Ministério das Relações Exteriores](#)
[Ministério da Saúde](#)
[Ministério da Saúde \(Documentos sobre o PNO\)](#)
[Ministério da Saúde \(Localiza SUS\)](#)
[Ministério da Saúde \(Saúde Indígena\)](#)
[Ministério do Turismo](#)
[Presidência da República \(Atos normativos sobre a covid-19\)](#)

Poder Judiciário

[Conselho Nacional de Justiça](#)
[Superior Tribunal de Justiça](#)
[Supremo Tribunal Federal](#)

Poder Legislativo

[Câmara dos Deputados](#)
[Senado Federal](#)

Demais instituições

[Associação Médica Brasileira](#)
[Confederação Nacional de Municípios](#)
[Conselho Federal de Farmácia](#)
[Conselho Federal de Medicina](#)
[Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados \(Repositório de decisões, legislação, manifestações da Anvisa, pareceres do Natjud e estatísticas referentes à covid-19\)](#)
[Fundação Oswaldo Cruz](#)
[Instituto Butantan](#)
[Organização Mundial de Saúde](#)
[Organização Pan-Americana da Saúde](#)
[Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico](#)
[Tribunal de Contas da União](#)